

ASSUNTO: Protesto e reclamação sobre os procedimentos da mobilidade por doença

Ex.<sup>mo</sup> Senhor  
Ministro da Educação, Ciência e Inovação,  
Professor Doutor Fernando Alexandre,

\_\_\_\_\_, docente do Agrupamento de Escolas / da Escola não Agrupada \_\_\_\_\_, vem apresentar a V. Ex.<sup>a</sup> protesto sobre o formato que continua estabelecido para os procedimentos que visam a mobilidade de docentes por motivo de doença (MpD), ao que acrescenta reclamação com vista à revisão da situação em apreço e as consequências profundamente negativas que ela acarreta.

O regime em vigor, configurado nos termos do Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 43/2025, de 26 de março, assenta em pressupostos que têm vindo a obstaculizar as finalidades que devia ter:

- 1.<sup>a</sup>) A mobilidade de docentes afetados por problemas de saúde que a justificam, ou que estejam a acompanhar familiares em circunstâncias que a exijam, para permitir o exercício de funções em situação compatível com o quadro referido;
- 2.<sup>a</sup>) A compatibilização dos direitos dos docentes à proteção na saúde e ao trabalho em condições adequadas com o interesse público, que se realiza pela manutenção em exercício de funções, sempre que possível, e não obstante as limitações de saúde.

Ora, o modelo da MpD continua indevidamente estabelecido como “concurso” e não como mecanismo que, em função de situações reconhecidas, verificadas e comprovadas, possibilite a indispensável mobilidade; na configuração do modelo inscreve-se a aplicação de um regime de vagas, para além das quais aquela possibilidade é negada. Tal acarreta prejuízos, em regra irresolúveis, seja o desempenho de funções em condições impróprias para os problemas verificados, seja a efetiva impossibilidade de prestação de trabalho pelos docentes necessitados de MpD.

É sobre a manutenção destes constrangimentos que se apresenta veemente protesto, na convicção de que as normas legais devem proteger direitos e o interesse público, o que deve ser alcançado através de soluções justas e promotoras de equidade, não sendo, manifestamente, o caso.

E assim sendo, o/a docente, portador da identificação SIGRHE n.º \_\_\_\_\_:

- Reclama sobre o resultado que o/a exclui de beneficiar, como seria devido, da MpD para o ano letivo 2026/2027, fazendo perigar e podendo impossibilitar o desempenho de funções;
- Requer a V. Ex.<sup>a</sup> se digne diligenciar a reapreciação do referido resultado, com vista a ultrapassar o grave constrangimento que está colocado ao desempenho de funções no próximo ano letivo;
- Insta V. Ex.<sup>a</sup> a promover a urgente revisão do desadequado regime de MpD que se encontra em vigor, ajustando-o, com justiça, às finalidades que deveria visar.

Agradecendo a atenção e solicitando resposta, com os melhores cumprimentos,

O/A Docente,

---